

**ATA DA 41ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 12/12/2002

Início: 9:45 hs

Término: 18:20 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)

Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho
(fernando.cabral@integracao.gov.br)

Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência)

Agência Nacional de Águas: Jorge Thierry Calasans (thierry@ana.gov.br)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Maurício Lenzi Brandão
(mlbrandao@sp.gov.br)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: (ausência justificada)

Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: (ausência justificada)

Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)

Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)

Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos
(lppassos@algar.com.br)

Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: (ausência justificada)

Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Eliana Fortis Silveira – ANA (eliana@ana.gov.br)

João Maurício Cabral de Mello – MRE (jmello@mre.gov.br)

Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)

Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonste@ig.com.br)

Vera Maria Weigand – SRH/BA (veraweigand@biobrasil.org)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às nove e quarenta e cinco horas do dia doze de dezembro de 2002, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou a 41ª Reunião. Deu boas vindas a todos e se referiu ao Seminário realizado no último dia 10 de dezembro, por ocasião da 40ª Reunião da CTIL; falou que o objetivo da realização do Seminário foi a ampliação da discussão da proposta de revisão da Resolução CNRH nº 5, de 2000, e que, na oportunidade, teriam sido trazidas e debatidas importantes contribuições. Lembrou que foi unânime o destaque, por parte dos palestrantes representantes dos estados, para a importância da Resolução nº 5 na elaboração ou revisão das respectivas legislações pertinentes. Ressaltou que cada comitê de bacia hidrográfica reflete as peculiaridades econômicas, sociais e políticas da sua área de abrangência e que a questão da dominialidade dos cursos d'água é importante para preservá-las, além de obrigar um entendimento entre as partes envolvidas. Destacou que as sugestões apresentadas durante o Seminário teriam sido, em sua maioria, convergentes. Por fim, solicitou que os presentes se manifestassem sobre o Seminário e as questões debatidas. O Dr. Maurício opinou que a duração de um dia do Seminário teria sido insuficiente para esgotar os debates; sugeriu que a discussão da revisão da Resolução nº 5 fosse ainda mais ampliada e realizada também no âmbito dos fóruns de comitês e conselhos estaduais de recursos hídricos; entretanto, disse que o Seminário foi importante para mostrar as diversas visões sobre a Resolução. O Dr. Julio Thadeu ressaltou que as Câmaras Técnicas são compostas por membros representantes dos vários segmentos presentes no CNRH justamente como forma de garantir a representatividade; lembrou ainda que os custos seriam altos para a realização de reuniões

da CTIL em vários locais. O Dr. Hugo propôs que, finalizada uma forma para a proposta de modificação, ela fosse disponibilizada para discussão pública na internet, com prazo determinado para envio de comentários e sugestões. O Dr. Jorge Thierry reportou que a ANA, por intermédio da Superintendência de Articulação Institucional – SAI, ainda não havia chegado a uma posicionamento formal sobre a versão proposta, que modifica a Resolução nº 5. Manifestou a necessidade de reformulação desta versão, pois esta carece de ajustes e adequações, e isto, apesar da participação ativa da SAI nas discussões e elaboração da versão ora apresentada. Solicitou que a versão apresentada permanecesse objeto de discussões, tanto no âmbito da CTIL quanto na própria ANA. A Dra. Vera opinou que a forma de expressão da proposta de modificação não estaria boa, apesar de tecnicamente bem discutida; sugeriu que a proposta fosse mais ampla e contivesse um anexo com normas mais detalhadas. Disse ser portadora de posição defendida pelo Dr. Cedraz de que deveriam ser definidos membros “natos” nos comitês, definidos em função de sua importância na bacia hidrográfica, que seriam integrantes independentemente de processo eleitoral. O Dr. Julio Thadeu salientou que a Lei estabelece uma proporcionalidade na composição dos comitês, que poderá ser prejudicada com a sugerida determinação de membros “natos”; lembrou também que processos de renovação são sempre salutares. A Dra. Sonáli fez ponderações a respeito da finalidade da Resolução nº 5: formação, implantação e funcionamento de comitês de bacia hidrográfica, salientando que esta abrangência gera dificuldade de se atingir um ponto de equilíbrio entre torná-la extremamente detalhista e, portanto, restritiva ou extremamente aberta e, portanto, omissa. Destacou pontos comuns às apresentações e debates ocorridos no Seminário: questões referentes à caracterização da representatividade dos membros, à definição das dominialidades e as conseqüentes relações de subsidiariedade. A Dra. Cristina Yuan também destacou os pontos importantes levantados durante o Seminário: a discussão da necessidade de outorga para os usuários; a determinação de prazos mais amplos; a definição das relações de subsidiariedade; a caracterização das representatividades; e a questão da sustentabilidade do processo de formação dos comitês. Salientou ainda outro ponto que não teria sido abordado: o impedimento que membro de comitê seja ao mesmo tempo prestador de serviço ao comitê. A Dra. Sonáli destacou a importância do agrupamento dos artigos por assunto na proposta de modificação e também, da inserção da obrigatoriedade da prestação de contas das atividades dos comitês ao conselho competente. O Dr. Hugo sugeriu que a prestação de contas fosse motivo de resolução específica. A Dra. Sonáli expôs sua preocupação quanto à necessidade de se tornar “de fato”, o que “de direito” já é, no que diz respeito ao fundamento de que a bacia hidrográfica é sim, a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (art. 1º, inciso V, da Lei nº 9.433, de 1997). Concluiu afirmando que a real absorção deste conceito, traduzir-se-á em atitudes e ações que possibilitarão a imprescindível articulação entre União, Estados e Municípios, assim como entre comitês e ainda, entre estes e os poderes federal, estadual e municipal. O Dr. Maurício opinou que essa questão não deveria ser impositiva. O Dr. Julio Thadeu esclareceu que a Resolução nº 5 tem caráter nacional sendo que a implantação e funcionamento de comitês de bacias de rios de domínio da União sem sombra de dúvida deveriam segui-la. Disse entender que a subordinação de ações e políticas deveria ocorrer entre comitês de bacia e os comitês de sub-bacias em rios de mesmo domínio; para o caso de diferentes dominialidades complementou, somente as condições de exutório deveriam ser objeto de negociação. O Dr. Maurício sugeriu que a proposta de modificação deveria, para alguns assuntos, deixar explícito qual domínio o artigo estaria se referindo. O Dr. Hugo opinou que na proposta de modificação a resolução deveria abranger somente os comitês de bacias de rios de domínio da União, contendo recomendação aos de domínio dos estados para a adoção do que considerassem prudente. O Dr. Julio Thadeu lembrou que esta questão não é juridicamente clara, uma vez entendido que a Constituição Federal dá ao Governo Federal a atribuição de legislar sobre água, além do CNRH ser um conselho nacional. O Dr. Hugo sugeriu que fosse solicitado parecer da Advocacia Geral da União sobre a questão, o que, opinou, respaldaria as ações do Conselho. A Dra. Vera ressaltou que a norma federal deveria ser geral e caberia às leis locais o detalhamento; entretanto, prosseguiu, as orientações deveriam ser seguidas, uma vez pretendida a participação na Política Nacional de Recursos Hídricos. O Dr. Wilson opinou que as resoluções do Conselho deveriam ser genéricas de forma a estabelecer diretrizes de caráter nacional. O Dr. Cabral destacou que, apesar de não ter participado do Seminário, as diferentes origens das propostas discutidas evidenciariam uma ampla participação; opinou que a CTIL deveria prosseguir no processo de discussão da proposta de modificação; lembrou que, mesmo após

a definição de uma forma final para a proposta, sempre seriam possíveis novas modificações. O Dr. Thierry falou que as resoluções do CNRH teriam abrangência nacional e pretendiam a definição da Política Nacional do setor; dessa forma, concluiu, seria inoportuna a definição de abrangências para a Resolução nº 5. O Dr. Hugo sugeriu que a proposta de modificação mantivesse o caráter nacional pretendido pelas resoluções do Conselho e que a consulta por ele sugerida anteriormente fosse feita somente quando as demandas ocorressem. O Dr. João Maurício disse que a realização do Seminário foi válida e ressaltou a importância das resoluções do Conselho na definição de diretrizes nacionais; destacou a importância de se abranger, na proposta de modificação da Resolução nº 5, as bacias de rios transfronteiriços. O Dr. Julio Thadeu deu por terminada a rodada de opiniões e propôs que, a partir deste momento, fossem debatidas diretrizes gerais para discussão e elaboração da proposta de modificação da Resolução nº 5. Inicialmente, solicitou manifestação dos presentes com relação à continuidade dos trabalhos, se os mesmos continuariam com a proposta de modificação da Resolução nº 5 ou se a mesma não deveria ser modificada, conforma sugerido pela ANA. Foi decidido, por unanimidade, que as discussões continuariam a ocorrer e partiriam da proposta de modificação atual, versão 8A, de 21 de agosto de 2002 (**Anexo I**). Ficou acordado o seguinte procedimento para dar continuidade às discussões: como primeiro passo, seriam rediscutidas as questões que não foram motivo de consenso anterior, com a duração de duas reuniões; o texto produzido seria então disponibilizado no site do CNRH, com a solicitação de envio de contribuições, com prazo de um mês; em seguida, ocorreria nova discussão em reunião da CTIL, para apreciação das contribuições encaminhadas; vencidas as etapas supracitadas, a proposta seria encaminhada ao CNRH, em provável reunião a ser realizada em março próximo. Houve a ressalva de que também poderiam ser criados Grupos de Trabalho com missões específicas. Foi decidido o agendamento de reunião da CTIL no final do mês de janeiro, como forma de garantir a continuidade das discussões. Às 12:00 horas, foi proposta pausa para almoço. O reinício ocorreu às 14:30 horas. O Dr. Julio Thadeu solicitou retorno à pauta da reunião (**Anexo II**), mais precisamente ao item 2, aprovação das atas das 35ª, 37ª, 38ª e 39ª reuniões. Não puderam ser analisadas as minutas de ata das reuniões de número 38 e 39, por não terem sido encaminhadas aos membros da CT. Já as atas das 35ª e 37ª reuniões foram aprovadas com modificações. Retornando à discussão da Resolução nº 5, foi proposto, como forma de direcionar as futuras discussões, que se procedesse a discriminação dos principais pontos discutidos no Seminário. Dessa forma, seguem os temas ressaltados. Tema 1: representatividade – melhor caracterização dos possíveis representantes de cada segmento, com destaque para as organizações civis de recursos hídricos; foi destacado também o artigo 47, da Lei nº 9.433, de 1997. Tópico 1.1: caracterização dos setores que compõem os comitês, ou seja, o que ou quem a resolução estaria chamando de poder público, usuário e organização civil. Tópico 1.2: distinção entre representante e participante do processo eleitoral de escolha do mesmo; com a ressalva de que representante poderia ser pessoa física ou entidade e não necessariamente seria oriundo do segmento que o escolheu; definição de formas para garantir a legitimidade dos representantes. Tópico 1.3: necessidade ou não de personalidade jurídica para ser representante. Tópico 1.4: necessidade de cadastramento e/ou outorga para os usuários participantes do processo de escolha dos membros do comitê. Tópico 1.5: inserção de formas de se evitar que um representante o seja para mais de um segmento. Tópico 1.6: estudo da viabilidade do estabelecimento de mecanismos que, no processo de escolha de usuários, tornariam os votos proporcionais ao volume de água utilizado. Tópico 1.7: definição de critérios que estabeleceriam regras para a participação de uma ONG no processo de escolha, assim como a determinação da sua significância; melhor entendimento da caracterização de “direito difuso” (ver art. 47, da Lei nº 9.433, de 1997); definição do significado de atuação em recursos hídricos. Tema 2: relacionamento entre comitês da bacia e comitês em suas sub-bacias – foi proposto que ficasse caracterizada subordinação nos casos de comitês de bacias de rios de mesmo domínio e, nos casos de domínios diferentes, a necessidade de articulação para, pelo menos, a definição de condições mínimas de exutório. Tema 3: Diretoria Provisória de comitês - nova avaliação dos prazos em vigor, com a sugestão da adoção de seis meses, renováveis pelo Conselho; inserção da possibilidade de criação de grupo de trabalho para auxiliar os trabalhos da Diretoria. Tema 4: monitoramento das atividades dos comitês – previsão de mecanismos que permitiriam o monitoramento, pelo conselho competente, das atividades dos comitês; previsão de medidas passíveis de serem tomadas. Tema 5: comitês em bacias de rios transfronteiriços – a resolução deveria abranger comitês de bacias de rios transfronteiriços ou, pelo menos, fazer referência. Tema 6: questões diversas relativas a fase

inicial da criação de comitês – determinação de condições de sustentabilidade para o período; definição de prazos de análise de solicitações; exigência da participação equânime dos estados envolvidos; importância da determinação da Divisão Hidrográfica Nacional e conseqüente definição de bacias prioritárias. Tema 9: estruturação do texto da resolução. Como observação final, foi sugerida a simplificação da Resolução, restringindo-a a normas mais gerais, com a existência de manual anexo contendo detalhamento do processo de criação de um comitê. O Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 18:20 horas.

Ata aprovada na 42ª reunião da CTIL, realizada em 29 de janeiro de 2003.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores